

- BOLTANSKI, Christian (1996), *Advento e Outros Tempos*, Catálogo da Exposição, Santiago de Compostela, Centro Galego de Arte Contemporânea.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (2011), *O que nós vemos, o que nos olha*, trad. Golígona Amghel e João Pedro Cachopo, Porto, Dafne.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (2012), *Imagens apesar de tudo*, trad. V. Brito e J.P. Cachopo, Lisboa, Kqym.
- FREUND, Gisèle (1995), *Fotografia e Sociedade*, trad. Pedro Miguel Prade, Lisboa, Veja.
- LYOTARD, Jean- François (s/d), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva, (edição original 1979, Paris, Minuit).
- RANCIÈRE, Jacques (2010a), *O Espectador Emancipado*, trad. José Miranda Justo, Lisboa, Orfeu Negro.
- RANCIÈRE, Jacques (2010b), *Estética e Política. A Partilha do Sensível*, trad. Vanessa Brito, Porto, Dafne.

RANDOLPH BOURNE E A GRANDE GUERRA DA AMÉRICA

Jaime Costa

UNIVERSIDADE DO MINHO, CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS, BRAGA, PORTUGAL.
jac@jleh.uminho.pt

We have not ended the submarine menace. We have lost all power for mediation. We have not even retained the democratic leadership among the Allied nations. We have surrendered the initiative for peace. We have involved ourselves in a moral obligation to send large armies to Europe to secure a military decision for the Allies. We have prolonged the war. We have encouraged the reactionary elements in every Allied country to hold out for extreme demands. We have discouraged the German democratic forces...

The Collapse of American Strategy

Tal como sucedera com Henry David Thoreau, Randolph Bourne morreria jovem, com só 32 anos em 1918, ironicamente, ambos tentaram fazer da juventude o motivo e o alicerce para efectuar a renovação do seu país. É, também, desde a juventude que vislumbram com receio a possível orientação de tudo aquilo que a América supunha ou, melhor, devia supor, quando alcançasse a sua maturidade.

É nos primórdios do século XX que os ventos de mudança se fazem sentir com toda a sua energia nuns Estados Unidos que já se revelam assumidamente como a nova potência mundial ultrapassando todas as outras, vistas, sem mais contemplos, como algo pertencente a um passado já anacrónico. Bourne dá voz aos anseios de uma nova geração que deseja, para além de revitalizar, dar, também, um novo impulso aos Estados Unidos. Bourne, tal como toda a geração de jovens intelectuais de que faz parte, encontra-se em conflito com todos aqueles que governam o mundo com valores ultrapassados, colados a tradições improdutivas, cristalizadas e originadas no puritanismo e no materialismo. Estes jovens representavam a vitalidade, a adaptação às novas realidades e às oportunidades que vão surgindo e encontravam-se imbuídos de um

desbordante optimismo e idealismo resultantes da enorme confiança depositada na possibilidade de que o ser humano moderno saiba criar um mundo melhor e mais justo. Em termos filosóficos, tal como indicara Josiah Royce, propõem combinar os ideais com a criatividade ao serviço das necessidades da vida confiando sempre no poder da razão e, diremos que, deste modo, acabam também por aportar o seu contributo, positivo ou negativo, àquilo que George Santayana denominava de *Genteel Tradition*.

Esta geração profícua, empenhada com os valores do denominado “progressivismo” norte-americano, leva a cabo uma notória actividade cultural e política, constituindo “a esquerda” para a geração anterior. Dentre a produção intelectual de carácter político e social, destacam-se os livros de Van Wyck Brooks *America's Coming of Age* (1915), em que se responsabiliza os pioneiros peregrinos das limitações culturais norte-americanas, o de Walter Lippmann *A Preface to Politics* (1913), onde propõe uma abordagem tão prática como a de pôr ao serviço da humanidade as ideologias e as instituições e o de Herbert Croly *The Promise of American Life* (1909), onde se critica o individualismo jeffersoniano como algo sem lugar numa sociedade industrial e interdependente. É uma geração que faz uso de um amplo número de publicações periódicas, nomeadamente de revistas, entre as que se destacam: *The Smart Set*, que se define como “Uma revista para as mentes não primitivas,” cuja orientação se situa dentro da direita liberal e fora fundada, em 1914, por H.L. Mencken, especialista em Nietzsche e crítico acérrimo das imperfeições da democracia americana; é de salientar, ainda, a revista *The Seven Arts*, que teve como editores James Oppenheim e Waldo Frank que a iniciaram em 1916. Por último, temos *The Masses*, fundada em 1912, que, pela mão de Max Eastman e de Floyd Dell, afirmava no seu lema não ter “respeito pelo respeitável.” Por último, é de destacar a revista *The New Republic*, de Herbert Croly, Walter Lippmann e Walter Weyl, que se decantaram inicialmente pelos valores democratizantes da revolução russa e, mais tarde, com o andamento da mesma, aderem ao *mainstream* representado pelo partido democrata ou pela esquerda liberal. Já publica Bourne mais de 100 artigos e recensões. O seu livro *Education and Living* reúne praticamente tudo o que publicou, tanto da sua época universitária como da sua época de crítico social posterior.

Em Bourne temos, pois, alguém cuja grande preocupação será a de abordar os fundamentos que determinem os factores identitários do seu país, não só como factor de coesão, mas também como factor criador de um meio ambiente

onde cada qual possa “exercitar as suas capacidades.”¹ Tal como Emerson e Thoreau (ou como o próprio Whitman), Bourne ficará preocupado com a situação da cultura norte-americana, com a definição daquilo que deverá ser considerada como cultura imperante e com o que a cultura norte-americana deverá reflectir em termos de identidade nacional como factor determinante de um futuro melhor agora ameaçado pela guerra. Bourne fá-lo, precisamente, num momento histórico que exige uma redefinição dos Estados Unidos face às grandes alterações sofridas no seu tecido económico, social e político causadas pela revolução industrial e, principalmente, após uma Guerra Civil que faz com que a América se interrogue sobre o andamento do seu projecto como Estado. Para muitos, a Guerra Civil marcou o fim do idealismo norte-americano e gerara um vazio insuperável. É no período de reconstrução que os Estados Unidos parecem dar um passo em falso para um novo século com uns valores políticos, e não só, aparentemente consolidados, mas que já não chegam a dar resposta a uma realidade cambiante, empurrada pelo desenvolvimento industrial que se apoia na ciência e na tecnologia.

São os tempos da *Progressive Era*, do optimismo, da fé total na racionalidade. São os tempos da mobilização, sem precedentes, da sociedade civil que acaba por impelir os partidos tradicionais para uma acção política a fim de corrigir todo o tipo de iniquidades. É aqui que Bourne surge como um intelectual crítico para com o desenvolvimento dos Estados Unidos. Tanto democratas, como Woodrow Wilson com a sua *New Freedom*, ou republicanos, como Theodore Roosevelt, com o *New Nationalism*, partilham do impeto reformista dominante e fazem do *progressivism* uma corrente de pensamento trans-partidária, algo que não satisfaz plenamente a Bourne. Devido a este espírito reformista são assinaláveis várias reformas levadas a cabo. No campo político, mediante eleições primárias de candidatos, abriram-se os partidos à participação directa dos cidadãos, é aprovada a eleição directa de senadores e começou-se a utilizar o referendo como meio de aferir os desejos populares e, também, estabelecem-se os mecanismos para submeter os políticos, no exercício do seu mandato, ao parecer popular (*recall*) e, *last but not least*, foi aprovado o voto das mulheres. No campo da economia é preocupante a avidez e domínio avassalador do capital e, neste sentido, são implementadas inúmeras legislativas tendentes a limitar os

1 Talvez esta seja a melhor aproximação à definição de cultura presente em “For Radicals,” in Martin S. Shaffer, ed. *In Search of Democratic America: The Writings of Randolph Bourne*, Lanham-Maryland Lexington, Books, 2002, p. 161.

monopólios: a pioneira *Clypton Act* completada pela *Federal Trade Commission Act* de 1914 que submete os grandes grupos financeiros e industriais à supervisão da administração. Em termos sociais, são dados os primeiros passos para a criação do *welfare state* e é aprovada legislação mais abrangente no campo da educação, contra o trabalho infantil e a favor da melhoria das condições de trabalho. Confrontados com este esboço, seria injusto não atribuir um devido reconhecimento ao Presidente Woodrow Wilson^[2] que foi capaz de estabelecer um consenso de centro-esquerda, que reúne republicanos progressistas, para conseguir materializar muitas destas reformas e ganhar a confiança e respeito da ala mais liberal da sociedade civil norte-americana. A visão de Bourne sobre Wilson é outra questão – não será nada positiva. Nunca lhe perdoará que não tivesse um pulso suficientemente firme para manter o país fora da guerra, como também não pactuará com a tolerância do presidente para com o atropelo dos direitos civis que se impôs no denominado esforço de guerra.

A 20 de Julho de 1914, com o início da guerra na Europa, Bourne dá início à sua particular guerrilha pacifista. A guerra parecia-lhe uma tradição do passado. O desenvolvimento humano, naquele que para alguns era o seu ponto mais elevado, parecia ter excluído tal possibilidade. Bourne será, com toda a certeza, o intelectual norte-americano mais radicalmente oposto a quaisquer aventuras militaristas dos Estados Unidos. Será o primeiro a expor a relação espúria entre o Estado, a indústria e, até, o mundo da cultura em relação à guerra. Porventura, será quem, com mais lucidez, conseguirá detectar a natureza da guerra moderna. Uma guerra tecnológica e, assim, associada à investigação científica, ao trabalho dos cientistas e dos intelectuais que lhe darão suporte, tanto técnico como ideológico.^[3] Mas, mais ainda, esta nova maneira de fazer guerra necessitará decididamente de todo o apoio burocrático do Estado, da criação de um poder centralizado de carácter político e militar que

2 Wilson chegou à presidência como consequência das desavenças, no Partido Republicano, entre Roosevelt e Taft. Wilson como presidente, na esfera da esquerda moderada, destaca-se pela implementação de um grande número de reformas que o tornam num ídolo de massas, não nos EUA, mas na Europa onde é recebido e aclamado por multidoes, pelos sindicatos e pelos partidos de esquerda. Para a cidadania liberal, Wilson teria tomado perigosos passos que comprometeriam os EUA com a Europa. Talvez por isto, a proposta de criação da Sociedade das Nações estivesse condeada, desde o início, ao fracasso pela opinião pública americana.

3 Algo que também aparecerá claramente explícito na Mensagem de Despedida do Presidente Dwight Eisenhower, em 1962, no discurso conhecido como “O Complexo Militar-Industrial.” Uma advertência sobre as relações espúrias entre a investigação universitária, o poder económico e o poder militar.

tornará mais clara a relação do poder do Estado com o poder militar instituído. Razão esta que levará Bourne a afirmar: “A guerra é a saúde do Estado.”^[4] Será Bourne, no seu ensaio anti-belicista “*Twilight of Heroes*” que alertar claramente contra as “possibilidades”^[5] oferecidas pela guerra. Para isso, faz uso do pragmatismo para fazer transparecer o carácter avassalador da guerra: “a guerra é simplesmente uma situação absoluta, com o seu próprio fim e meios que, com rapidez, anula o controlo inteligente e criativo... uma vez que, quando é iniciada, nem os meios nem os fim podem ser revistos ou alterados.”^[6] Será neste mesmo ensaio onde lançará a mais incómoda das perguntas: “Se a guerra resulta demasiado forte para ser travada, como é que logo poderá ser bastante dócil para a controlar e a moldar para os propósitos liberais?”

Como seria de esperar, Bourne é um intelectual em sintonia com o seu tempo. A América é o país de todas as novidades e Bourne não é alheio ao turbilhão intelectual do momento. É educado na universidade de Columbia, uma universidade que, no novo século, se apresenta como centro cultural influente na criação de conhecimento para uma nova realidade. Individualidades como Charles A. Beard no campo da história e da economia, Franz Boas, como criador da antropologia norte-americana, William P. Trent, no campo da didáctica da literatura, ou outras personalidades como James Harvey Robinson, John Dewey e Joel Spingarn associadas respectivamente às correntes da “nova história”, “nova educação” e “nova crítica”, serão quem moldarão, em boa medida, o futuro da América.

É, precisamente, em Columbia onde surge a primeira corrente filosófica de origem americana, o pragmatismo. Tal como o próprio nome refere, a filosofia pragmatista aponta para a avaliação prática das consequências de qualquer linha de pensamento e de acção, partindo sempre de hipóteses e não de verdades absolutas. Será necessário mencionar que esta corrente filosófica surge do dilema moderno de conciliar o nosso conhecimento do mundo, facultado por novos métodos de carácter científico, com um mundo em regressão, o mundo tradicional, o dos valores e da religião. Pretende, pois, compatibilizar o opti-

4 O historiador alemão Heinrich von Treitschke, no seu ensaio de 1897 intitulado “The Aim of the State” e publicado nos Estados Unidos em 1914, define a guerra, sem ironia alguma então, como um medicamento para os Estados. Para Treitschke, sem guerras não haveria grandes avanços, nem seria possível a união dos povos para fins superiores. Não será necessário dizer que Treitschke seria um dos autores que aportaria sustento ideológico ao Nacional-socialismo.

5 Lembremos aqui a posição do seu tão admirado professor de Columbia, John Dewey, a favor da Grande Guerra pela sua capacidade reorganizadora da sociedade.

6 “Conscience and Intelligence in War,” *Dial*, 13 de Setembro de 1917.

mismo que recaia sobre o poder da ciência com uma tradição rígida, estática, e idealista. Como consequência da avaliação da realidade mediante a experiência, a verdade passa a conceber-se como contingente,⁷ assumindo plenamente um carácter dinâmico. Politicamente, a filosofia pragmatista, tal como concebida pelo seu mais destacado impulsor, John Dewey,⁸ redefiniu, frente ao liberalismo clássico, o espaço público de acção do indivíduo. Em oposição a um individualismo exacerbado, Dewey proporá um individualismo social onde o conflito (concorrência entre indivíduos) é substituído, em prol do bem comum, pelo diálogo e a participação relacional entre indivíduos.⁹ Daqui, surge a preocupação, presente tanto em Dewey como em Bourne, pela educação em função da sua acção salutar para a formação de uma sociedade civil devidamente capacitada para a tomada de decisões na vida política. E, também, aqui, nesta conjuntura favorável àquilo que é mais avançado e novo, que Bourne surge com uma proposta artiscada de identidade americana baseada no que designa como “transnacionalismo.” É no respeito daquilo que veio a ser denominado como alteridade, que Bourne consegue ver uma solução à necessidade de identificar a cultura norte-americana, outorgando, precisamente, voz às pequenas narrativas das minorias como contributos entit-quecedores para uma maior narrativa justificadora.

É assim que Bourne vem em defesa do indivíduo, condenado à obediência ao Estado, ao redefinir¹⁰ a ideia de identidade americana segundo um modelo que integra tanto elementos baseados na tradição, descendência (*descent*), como na aprovação, na escolha livre ou no assentimento (*assent*),¹¹ do próprio

7 Na revista *Seven Arts*, Bourne fará manifesto, numa série de artigos, o seu desejo de levar o Pragmatismo para consideração da verdade como algo contingente e com tão-só um valor experimental.
8 Tanto James como Pierce tiveram relutância em assumir a paternidade do termo, que tivera aparecido em Kant. No mundo anglo-saxónico, parece ter sido o britânico Alexander Bain a usá-lo por primeira vez, em 1875. Pierce mencionou Bain e o termo no seu ensaio “Pragmatism Made Easy” por volta de 1906. Pierce parece ter formulado bases desta corrente em “How to Make our Ideas Clear” de 1875. Por último, William James tem um livro de subtítulo elucidativo *Pragmatism, A New Name for Some Old Ways of Thinking* (1907).

9 Para alcançar os objectivos de emancipação e progresso, o seu pensamento neste sentido parece prefigurar Jürgen Habermas e a sua “racionalidade comunicativa.”

10 É em 1915, em paralelo a Bourne, que surge uma explicação para a identidade que atende ao pluralismo, a ser respeitado em termos de pressupostos democráticos, defendida por Horace Kallen em “Democracy versus the Melting Pot”. Obviamente, salvaguarda os direitos cívicos da cidadania mas, no entanto, não foca o problema da representatividade não supondo qualquer ameaça à maioria cultural.

11 Werner Sollors, *Beyond Ethnicity: Consent and Descent in American Culture*, Oxford, Oxford University Press, 1987, p. 6.

povo americano. Bourne verá que uma visão de identidade assente exclusivamente na herança (*descent*) é limitadora, por ser estática e impedir a adaptação a novas situações e novos desafios. Neste sentido, a ligação norte-americana a um passado único, comum, anglo-saxónico, por inteiro, é uma lacra, impedindo a adaptabilidade a todo tipo de contingências do país por parte da cultura dominante em qualquer momento da vida da comunidade.

A história oficial é amplamente conhecida: os Estados Unidos, após um esforço quase hercúleo por parte do presidente Woodrow Wilson, são forçados a entrar em guerra contra as denominadas “Potências Centrais,” a 2 de Abril de 1917.¹² Para trás ficaria a tentativa de manter a jovem potência mundial numa neutralidade para muitos sintomas da supremacia moral de um sistema político que, na sua bondade, possuía um carácter quase espiritual.

É já com a guerra em curso que Randolph Bourne virá a confrontar-se com as forças políticas instituídas, tanto com o partido Democrata como com o Republicano, que nunca mostraram oposição alguma à entrada do país na guerra europeia, e com os sempre presentes poderes fácticos interessados na permanência do *status quo* económico-social do momento. E, precisamente, na abordagem destes últimos e dos dados assumidos que eles representam na vida dos Estados Unidos em que Randolph Bourne se revelará como um pensador radical. Neste sentido, será necessário explicitar o sentido do epíteto “radical.” Tal como em relação a Henry David Thoreau, o sentido desta palavra deverá associar-se ao facto de ambos se encontrarem ideologicamente ligados às raízes do momento revolucionário originário dos Estados Unidos e, assim, Bourne analisará as ligações históricas que condicionam a maneira de fazer política do seu tempo e que determinaram a entrada na Grande Guerra.

Será em *Transnational America*, de 1916, onde Bourne denunciará a ideologia subjacente à criação do mito do *melting pot*, como uma de apagamento e de silenciamento das minorias, da realidade multicultural dos Estados Unidos, por parte de uma maioria *white-anglosaxon-protestant* que, já então, por causa de diferentes condicionantes económico-sociais, começa a perder a sua preponderância ao mesmo tempo que se aferra a ela. Será, também, em *The*

12 Será nesta data quando o presidente Woodrow Wilson se dirige a uma sessão conjunta das duas câmaras do Congresso dos Estados Unidos para pedir a declaração de guerra contra a Alemanha. Esse discurso justifica a guerra com o objectivo de “ornar o mundo seguro para a democracia.” Dois dias depois o Congresso votaria maioritariamente a favor com tão-só uma oposição de seis senadores e cinquenta congressistas.

State,¹³¹ escrito em 1918, e publicado postumamente em 1919, na colectânea *Unlively Papers*, onde Bourne explicitará as origens autoocríticas do Estado e a sua compleição naturalmente belicista, evidenciando que, apesar da passagem do tempo e, neste caso concreto, apesar da “revolução” (sic) americana, os Estados Unidos ainda se encontravam ligados, pela sua génese e modo de operar, à metrópole europeia. Serão, também, estes dois ensaios, complementares entre si, e serão aqueles que se aprestan como mais esclarecedores sobre o pensamento bourneiano acerca da guerra, de qualquer guerra, e acerca do Estado, de qualquer Estado.

Em *Transcultural America*, Bourne fará um levantamento do significado do termo *Kultur*¹³⁴ (sic) numa sociedade moderna como a Americana. Para Bourne, uma autêntica guerra de culturas tinha-se digladiado no continente americano muito antes do início da Grande Guerra. Se é verdade, como Bourne menciona, que esta batalha se tinha deflagrado a nível intelectual, no entanto, será difícil não realizar ligações com os contextos bélico e político do momento e com aquilo que o discurso oficial estabeleceu: um confronto entre o bem e o mal, onde os valores de justiça, de liberdade e de democracia são defrontados com um poder estrangeiro, classificado de autoritário e imperiaalista. É de salientar que esta “Batalha de Culturas” revela bem a natureza diferenciada da sociedade americana frente à europeia e, necessário será referir também, um subjacente orgulho de Bourne sobre as autênticas conquistas da América, nomeadamente a efectiva convivência de culturas numa sociedade moderna e um afastamento da belicosidade que o contacto multicultural apresentava no solo europeu.

Devíamos pausar o nosso olhar sobre aquilo que a América fez, e não sobre aquilo que não chegou a cumprir dos códigos medievais de duelos. Transplantámos a modernidade europeia para o nosso solo, sem o espírito que a inflama e que encaminha toda a sua energia para uma neutralização colectiva. De alguma maneira, a estes povos estrangeiros fôl-hes expimido o veneno. Uma América “hifenizada”, mesmo até ao resenti-

13 Será conveniente mencionar aqui que este também fora o título de um livro de Woodrow Wilson quando era professor na Universidade de Princeton. Wilson é considerado como um dos fundadores da ciência política moderna.

14 Bourne tenta ironizar germanizando a palavra cultura mediante a letra K. A antropologia de origem alemã tinha atribuído a este termo uma forte conotação racial. Será Franz Boas quem lhe retirará esta conotação mediante aquilo que é conhecido como “relativização cultural”. Este professor de Columbia situará a cultura no contexto de adaptação humana ao meio e, portanto, negará a possibilidade de haver culturas superiores ou inferiores.

mento, é de algum modo não detonável. Pois, mesmo se nos déssemos à simpatia por uma nação europeia, mesmo se a guerra tocasse em cada um de nós uma fibra sensível pulsada desde o outro lado do Atlântico o efeito seria o de uma quase dramática ausência de dano. Aquilo que realmente testemunhámos neste país, embora sem nos apercebermos, tem sido uma empolgante, embora incoerente, batalha de *hithertoes*. (TA p. 116)¹³⁵

O aspecto mais relevante da *America Transnacional* será a denuncia do mito do *melting pot*, que Bourne vê como o mecanismo de uma assimilação forçosa, em suma, de “anglo-saxonização” das minorias por parte das classes dominantes inglesas dos Estados Unidos que nunca verdadeiramente chegaram a contribuir efectivamente em processo algum de construção nacional autêntica, de americanização, limitando-se a mimetizar a metrópole em tudo. Este “fracasso do *melting pot*”, no entanto, para Bourne, vem assinalar um ponto de partida. Nada mais do que a necessidade do início da experiência autenticamente democrática na América e a transição para um “ideal mais elevado” do que aquele que tivera sido propagandeado como americanização mas que só era, ao fim e ao cabo, uma superficial aculturação sobre os mais rudimentares moldes das tradições dos cidadãos identificados como “anglo-americanos”. É aqui onde se encontra o ponto mais controvertido de Bourne. Para ele, a fonte de todos os problemas é a subserviência à “causa da civilização inglesa” por causa do *melting pot*, e como reacção a uma imposição, o que fez com que os imigrantes revertessem para a sua cultura originária tornando a americanização tão-só, e para os anglo-saxónicos, na “nossa assimilação por parte deles”. Esquecendo-se, assim, a assimilação dos valores americanos por parte dos imigrantes e a futura construção de novos ideais.

A procura de um “ideal mais elevado” que o do *melting pot*, que servisse para projectar os ideais democráticos numa sociedade multicultural e que se pretenda autenticamente democrática, isto é, popular, leva-o a ir ao encontro daquilo que ele denomina como uma “América Transnacional”, já existente mas ignorada, e de tudo o que ela politicamente supõe. A visão de Bourne assume a libertação da predominância da cultura (política, social, económica, etc.) daqueles que considera simplesmente como os primeiros emigrantes, dos anglo-saxónicos, e das suas limitações e que, consequentemente, acarretará uma autêntica “entrega sem reservas” aos valores do novo país, aos

15 Os excertos citados são traduções do autor do ensaio. TA e TS referem-se, respectivamente, a “Transnational America” e a “The State” in Carl Resek (ed.) *Randolph S. Bourne: War and the Intellectuals. Collected Essays 1915-1919*, Hackeret Publishing, Indianapolis-Indiana, 1999.

valores de todos aqueles que se encontram a viver nele. Para Bourne é claro que os anglo-americanos, como primeiro grupo de “hifenizados,”¹⁶ deverão ceder capacidade decisória a todos os outros grupos nacionais. A “cultura” da América, termo aqui também equivalente a cultivo horticola, será aquela que os imigrantes, toda a cidadania decida, não devendo existir uma cultura excludente que impere sobre as outras por razão de uma mera herança histórica que relega para um plano secundário qualquer decisão popular. Assim, Bourne afirma o carácter do país como um projecto que, como tal e por inerência natural, deverá vir a ser materializado no futuro, sublinhando claramente o carácter de “trabalho em curso,” dinâmico, e nunca completamente finalizado, de toda a democracia. Estranho, ou mesmo paradoxal, como possa parecer, Bourne extrapolará os preceitos do constitucionalismo clássico, britânico, para o domínio cultural, fazendo também aqui assim, prevalecer o princípio fundamental do consentimento popular, quebrando todo o tipo de obediência a quaisquer tipos de tradições e heranças que não fazem mais que obstruir a criatividade e liberdade. Neste sentido, para Bourne, os Estados Unidos cons-tituem um exemplo a ser apresentado ao mundo, de convivência transnacional, como federação de culturas.

Cabe-nos, neste momento, perguntarmo-nos sobre o valor da cultura numa sociedade ainda muito recente como a americana e num contexto de coexistência de várias identidades culturais. Sem dúvida alguma, o projecto, ou experiência político-social, pioneiro encetado nos Estados Unidos, depende, como tantas vezes é reiterado, de uma boa preparação do povo para assumir as grandes responsabilidades e trabalhos a que um governo democrático obriga e, mais ainda, no contexto de criação de uma cultura autenticamente independente que permita a implementação da “experiência democrática”¹⁷ na América. Devemos, ainda, considerar a visão de Bourne sobre a cultura como a de um bem a ser valorizado pela sua capacidade potenciadora da convivência num intercâmbio intercultural considerado como enriquecedor para uma experiência nacional inédita até então. É, segundo Bourne, no ambiente livre

16 Bourne não se esquecerá, em abono da igualdade, que “hifenizados” são todos os norte-americanos, começando pelos primeiros, os anglo-americanos. É Theodore Roosevelt quem utiliza mais visivelmente este termo, pela primeira vez, em 12 de Outubro de 1915, num discurso dirigido a uma assembléa católica conservadora, os *Knight's of Columbus*, afirmando que não exista na América lugar para um americanismo hifenizado.

17 Como americanistas desejamos aqui sublinhar a consideração geral pelas fontes da caminhada da república na América até à democracia popular como a de uma experiência que se de ordem laboral.

das universidades¹⁸ onde já existe um espírito multicultural que surgirá o transnacionalismo:

Uma universidade onde um tal espírito seja possível, mesmo no seu grau mínimo, possui no seu interior as sementes do mundo intelectual internacional do futuro. Sugere que o contributo da América será um internacionalismo intelectual que vai de longe muito mais para além do mero intercâmbio de ideias e de descobertas científicas e de um mero registo dos factos. Consistirá numa afinidade intelectual que não ficará satisfeita até que tenha penetrado no coração das diferentes expressões culturais e sinta aquilo que elas sentem. Poderá ter uma vocação ampla, mas fará da compreensão, e não da indignação, o seu fim. Tal afinidade unirá e não dividirá. (TA p. 118-119)

Já no começo do século XX, tal como Bourne reconhece, e desde uma perspectiva democrática, a natureza multicultural dos EUA torna-se num facto incontornável, numa realidade à qual é necessário dar resposta e que se apresenta como algo que os distingue positivamente dos outros países:

Nenhum nacionalismo rigoroso de concepção europeia poderá ser o nosso. Será que não vemos já um novo e mais audacioso ideal? Não vemos como as colónias nacionais na América, que derivam a sua vitalidade do profundo coração da Europa e, no entanto, já a vivem aqui em mútua tolerância, libertas daqueles remotos emaranhamentos de raças, credos e dinastias poderão vir a concretizar um ideal federado? A América é uma Europa transplantada, uma Europa que não foi desintegrada e disseminada ao ser transplantada mediante algum tipo de sêmea por dispersão. As suas colónias vivem aqui inextricavelmente misturadas embora não sejam homogêneas. Misturam-se mas não se fundem. (TA p. 114)

18 Este esforço pela partilha dos valores transnacionais, já estava também patentizada na experiência escolar de Gary. As Escolas de Gary, no estado de Indiana, constituíram uma importante experiência pedagógica da época pela implementação e posta à prova do conceito de John Dewey de “vida comunitária embrionária” onde a sociedade é considerada como uma rede de relações mútuas entre indivíduos que aprendem através da realização de tarefas: “learning through doing”. A experiência de Gary surgiu sob os auspícios da U.S. Steel Corporation que criou toda uma comunidade piloto cujo centro era a educação. Bourne escreveu uma série de artigos de grande impacto publicados na *New Republic* sobre a educação e que seriam posteriormente publicados em *Education and Living* (1917).

O nacionalismo europeu, de fundamentações essencialmente histórico-culturais, já não tem lugar numa América concebida como “ideal de transnacionalidade,” como federação de culturas. Frente à uniformização e à conformação da sociedade anglo-saxónica, de improditivas e nefastas consequências,^[19] Bourne propõe a exploração da realidade transnacional da sociedade como uma solução patentemente enriquecedora e frutífera, que porá fim à possibilidade de qualquer conflito armado, sendo que esta será a implicação política subjacente ao transnacionalismo diametralmente oposto ao “ideal de Estado” tradicional ainda imperante nos EUA.

Para Bourne, uma sociedade moderna é uma sociedade que se revela nas suas relações complexas entre os diferentes grupos que a formam e na lealdade de um indivíduo para com os diferentes grupos de que faz parte. Uma identidade única, tal como uma lealdade única, demonstram ser uma impossibilidade perante a diversidade. Uma negação desta realidade é equivalente a um acto *contra natura* nos EUA:

A América é um singular tecido sociológico que revelaria pobreza imaginativa se não se chegasse a estimular com as potencialidades incalculáveis de uma união de homens tão recente. O não procurar outros objectivos a não ser o puído nacionalismo, beligerante, exclusivo, consanguíneo, cujo veneno vemos agora na Europa, é fazer do patriotismo um equívoco insensato e declarar que, apesar do nosso orgulho, a América deverá ser sempre seguidora de nações e não a sua líder. (74 p. 114)

Nesta afirmação, Bourne não deixa de ser muito diferente dos seus antecessores românticos, nomeadamente de Ralph Waldo Emerson e de Walt Whitman.^[20] Para ambos, a América, por causa do seu projecto político crucial e inovador, deverá criar uma cultura própria que fortaleça e vigorize a nação nos seus valores democráticos. Também será importante salientar que este projecto, e tal como já foi referido, é um projecto libertador de carácter espiritual e, claramente, tendente a uma educação, cultivo do Homem plenamente livre, sendo que a cultura é a expressão natural e livre do espírito do povo, fora do controlo de qualquer construção artificial como o Estado. Por outro

19 Bastará aqui recordar que para Bourne a região mais inglesa dos EUA é o Sul, que se tem estagnado frente ao dinamismo do Norte, de influência primordialmente germânica e nórdica.

20 Sobre estes autores e neste contexto, devemos citar o *The American Scholar*, de Emerson, uma autêntica declaração de independência (na nossa opinião não só de ordem cultural), e o ensaio político *Democratic Views*, de Whitman, pela sua visão sobre o futuro desenvolvimento espiritual da democracia na América.

lado, um sistema político implica uma visão mais abrangente que a mera gestão do Estado e supõe uma visão “naturalista da democracia” como algo que deve operar segundo as leis da natureza, garantida de universalidade e intemporalidade. Entre estas leis políticas naturais e essenciais estão a liberdade e a diversidade. Para Bourne, um jovem americano de concepção democrática e assim, moderno, dará lugar à primeira nação internacional:

Vê aqui estas novas gentes com uma nova percepção. Já não são uma massa de estrangeiros, aguardando por serem “assimilados,” aguardando por serem diluídos numa massa indistinta de anglo-saxonismo. São os flâmulos de culturas cheias de vitalidade e energia a lutar de modo resolutivo por se tecerem numa nova nação internacional, a primeira que verá o mundo. Na Áustria-Hungria ou na Prússia a mais forte de estas culturas avançaria quase instintivamente para subjugar a mais débil. Mas na América esses desejos de poder são canalizados para uma direcção diferente, para aprender a conviver. (74 p. 120)

Será às questões políticas surgidas no novo século (aquele que se proclamava como o tempo de concretização última da modernidade e do moderno), que Bourne dedicará o seu ensaio *The State*. Nêle debruçar-se-á sobre a verdadeira natureza do Estado e sobre a relação do cidadão para com o Estado e a actuação deste para com a cidadania, no grave contexto que a Grande Guerra determina. Assim, Bourne analisará criticamente todas as ideias assumidas sobre o Estado moderno e a sua génese, concluindo num posicionamento claramente anarquista e, paradoxalmente, nacionalista porque Bourne revela um desmedido orgulho por pertencer a um grupo humano concreto, a uma nação, que como qualquer outra nação, considera sinónimo de paz e de liberdade. A nação tem a sua expressão num território, num país, embora a pertença não seja resultante do exercício do livre arbítrio ou, mesmo, de uma escolha racional:

Somos parte de um País, para bem ou para mal. Chegámos até aqui mediante a operação de leis fisiológicas e de nenhuma maneira mediante a nossa própria escolha. Quando atingimos aquilo que se denomina como a idade de ter senso, as suas influências já moldaram os nossos hábitos, os nossos valores, os nossos modos de pensar e, portanto, independentemente da nossa consciência, nunca realmente perdemos o cunho da nossa civilização, ou poderíamos ser confundidos com os filhos de qualquer outro país... O País, como grupo inescapável no qual nascemos e que faz de nós aquele tipo de cidadão particular do mundo, parece ser um facto fundamental da nossa consciência, um mínimo irreduzível de sentimento social. (75 p. 67-68)

Assim, como pós-modernista^[21] *avant la lettre*, tentando fazer evidente aquilo que permanece oculto ao entendimento, e tal como se tratasse de uma anamnese freudiana, recuperando o que está oculto e quase esquecido no subconsciente, Bourne foca o seu olhar sobre conceitos que todos têm presentes, mas que poucos chegam a perceber em toda a sua profundidade e consequências.

O País é um conceito de paz, de tolerância, de viver e deixar viver. Mas o Estado é essencialmente um conceito de poder, de competição: equivale a um grupo no seu aspecto agressivo. E temos a desgraça de ter nascido, não só, num país, mas num Estado e enquanto crescemos aprendemos a misturar estes dois sentimentos numa confusão irremediável. (75 p. 68)

Definidos aqueles conceitos irreflexivamente assumidos de País e de Estado, Bourne passa a definir o conceito de Povo. O povo ou país agora confinado às fronteiras de um Estado moderno não é senão um conceito de liberdade, “de viver e deixar viver” que, no entanto, se encontra submetido ao Estado como conceito concorrential que enfrenta os povos, levando-os inevitavelmente e irremissivelmente à guerra.

São os Estados que fazem a guerra e não as nações e o puro pensamento bélico, a necessidade de guerra, encontra-se quase sempre enlaçada com o ideal do Estado. Durante centúrias não têm existido guerras de nações. (75 p. 79)

Para Bourne, a libertação de toda a energia criativa do povo só poderá ser levada a cabo mediante a abolição do Estado. Se a “América transnacional” e o seu ideal supõem uma importante alteração do curso histórico de um país em termos culturais, trata-se, no entanto, de uma alteração concretizável mediante a implementação de políticas. Neste sentido, Bourne menciona a rápida ascensão do Japão desde o “medievalismo ao pós-modernismo” como mudança radical feita possível mediante um sistema educativo. Contudo, a questão da abolição do Estado apresenta-se mais como uma visão de carácter

²¹ A crítica norte-americana menciona o autor espanhol Federico de Onís como o primeiro que faz uso deste termo em 1934 para diferenciar dentro da literatura hispânica modernista uma tendência radical, o ultra-modernismo, de outra menos radical, o pós-modernismo. Bourne, segundo cremos, será o primeiro intelectual a fazer uso do termo pós-moderno para referir-se já às circunstâncias do seu tempo, uma nova era que, mediante a educação, permitirá ao ser humano dar resposta às novas necessidades.

utópico para a qual Bourne não oferece informação acerca de como poderia ser implementada. É mais um diagnóstico e uma análise crítica sobre o surgimento do Estado e da sua natureza perversa quando foge ao controle de uma democracia que se proclama nos seus documentos fundadores, tais como a Declaração de Independência^[22] e a Constituição Federal, como natural e tendencialmente como popular e abstrata de qualquer preconceito rácico ou cultural.

Bourne chega até à origem das questões analisando a causalidade mais remota originária da situação presente para dar a conhecer a “des-verdade” de tudo aquilo que não se questiona por ter uma longa tradição como justificação. Assim, estudando criticamente a realidade política norte-americana Bourne conclui que, nos EUA, aquilo que prevalece é ainda uma concepção que funda o Estado no Direito Divino. Daí a ironia, e mesmo sarcasmo, com a qual Bourne descreve as origens religiosas do Estado, do denominado “Estado ideal.” Um Estado que “não é o produto racional e inteligente do homem moderno” e que se funda sobre a irrealidade “das nossas imaginações retrospectivas.” No entanto, na América, o Estado tinha sido fundado com outras pretensões:

A Revolução Americana foi iniciada com umas esperanças latentes concretas que ocasionariam uma ruptura genuína com o estado ideal. A Declaração de Independência anunciava doutrinas que eram completamente incompatíveis não só com o conceito centenário de Direito Divino dos Monarcas mas com o de Direito Divino do Estado. (75 p. 95)

Para chegar a esta conclusão, Bourne evidenciará a inegável e pesada herança britânica, uma herança que em tudo considerava conservadora e que levava os Estados Unidos ao imobilismo. Sobre a evolução do Estado na América, Bourne revelará o seu compromisso e autêntica linhagem:

²² Elaborada por Thomas Jefferson e aprovada a 4 de Julho de 1776. É, em primeiro lugar, uma justificação de carácter ético-político das razões que levaram à secessão com a Inglaterra. Para isso, enumera uma série de violações, por parte do rei britânico, das leis do Direito Natural e do Direito Divino. No segundo parágrafo, estabelece os princípios que devem reger um governo, reconhecendo direitos inalienáveis, tais como a vida, a liberdade e a felicidade, cuja protecção é a justificação da existência de qualquer governo. Por último, a Declaração estabelece a soberania popular, sendo que toda a legitimidade política assenta no consentimento do povo em ser governado. Consequentemente, se um governo não possuir esta legitimidade o povo tem o direito ou, mesmo, o dever de o alterar ou abolir.

No entanto, uma simples consideração rápida deverá revelar-nos que apesar de toda a evolução da monarquia inglesa, com todos os seus desenvolvimentos e revoluções e até com o seu salto através do mar para uma colónia que se tornaria numa nação independente e, posteriormente, num estado poderoso, é ainda aquele mesmo o estado que opera e as suas atitudes têm permanecido, essencialmente inalteradas. As mudanças têm sido formais e não afectam o seu carácter interno. (TS p. 91)

O Estado americano, tal e como ele é entendido, e para insulto dos republicanos mais orgulhosos, não deixa de ser uma transposição das justificações baseadas no Direito Divino setecentista da monarquia, para um modelo republicano. Esclarecendo, mais uma vez e de modo peremptório, esta linguagem do Estado afirmará:

O Estado na sua origem é uma monarquia pura e dura, é o poder armado que culmina numa só cabeça, empenhada num objectivo único, em reduzir à submissão, a uma lealdade incondicional e sem compromissos todas as gentes de um determinado território. Este será o interesse primordial do Estado e isto será algo que, através de miríades de transformações que gozará, o Estado nunca perderá. (TS p. 93)

Em consequência, e numa situação extrema como se tratava da participação numa guerra, Bourne exige que o povo seja ouvido^[23] ou que, pelo menos, o povo como soberano tenha direito a se expressar perante uma declaração de guerra. Confrontado com o facto consumado da guerra, Bourne analisará como se tinham processado politicamente, ao longo dos tempos, as guerras. Assim, são os Estados, mediante os seus agentes (os governos) que, de costas para o povo, os têm encaminhado para a guerra. Guerra que bem pode acabar com a nação, sendo que o Estado (que em tempos de paz, permanece claramente em estado letárgico) recupera todo o seu ser mediante a violência que lhe é exigida, arregimentando a nação. Bourne é claro sobre este ponto:

No entanto, com o choque da guerra, o Estado retoma o seu ser. O Governo, sem mandar algum do povo, sem consultar o povo, conduz todas as negociações, confirmando apoios e estabelecendo o cumprimento de objectivos, efectuando ameaças e apres-

23 O “controlo democrático” da política extrema era algo já implícito na declaração de guerra de Wilson. Esta é uma exigência de todos os grupos pacifistas. Seguindo o exemplo da Austrália, em Março de 1917, nos EUA, houve uma proposta, rejeitada no Congresso, de aprovar mediante referendo a entrada na guerra. Os propositores foram os senadores Robert La Follette e Thomas P. Gore. Foi, também, neste momento que Bourne, Ainos Pinchot e Max Eastman se juntaram a esta iniciativa.

tando justificações, que lentamente, o põem em colisão com um outro Governo e, com suavidade e rapidez irresistíveis, faz escorregar o país para a guerra. (TS p. 66)

Deste modo, e de uma forma indirecta, Bourne vem apontar para o anacronismo que as guerras supõem em sociedades modernas onde os seres humanos se relacionam entre si estabelecendo ligações complexas para as quais é inerente a capacidade de individualização. O Estado em guerra é capaz de reverter este processo do homem moderno ao torná-lo parte de uma manada, que supostamente lhe dará protecção. Uma protecção semelhante à que se dá em animais inferiores. Com esta afirmação claramente chocante, Bourne salienta as consequências da natureza autêntica do Estado, a mesma que leva a considerar o Estado em termos de “pátria” ou “mátria”^[24] delatando, assim, uma regressão para a infância da cidadania.

Um povo em guerra torna-se, no sentido mais literal, em obediente e respeitoso, numa criança fável, cheia de fé ingénua na completa sensatez e poder total do adulto que a toma conta dela e lhe impõe a sua branda mas necessária autoridade e na qual perde a sua responsabilidade e ansiedades. Neste ressurgimento da criança, existe, em boa medida, grande conforto e um certo afluxo de poder. (TS p. 74)

Uma nação é empurrada para a guerra pela sua “confiança” numa organização política, o Estado, que existe à sua custa, e que tem a sua objectivação no governo que nem sequer a representa nas circunstâncias mais extremas. Bourne continua, assim, a desmontar as identificações que são estabelecidas pela artifice do ideal de Estado:

Numa nação em guerra, cada cidadão identifica-se a si próprio com o todo e sente-se imensamente revitalizado com tal identificação. O propósito e anseio da comunidade colectiva vive em cada pessoa que se lança de todo coração na causa da guerra. A incómoda distinção entre sociedade e indivíduo é quase extinta. Em estado de guerra, um indivíduo torna-se quase idêntico à sua sociedade. Ele alcança uma extraordinária auto-confiança e intuição sobre a justiça de todas as suas ideias e emoções e, assim, na repressão de opositores ou de hereses é imbativelmente firme; sente detrás dele todo o poder de uma comunidade colectiva. O indivíduo como indivíduo social em guerra quase parece ter alcançado a sua apoteose. (TS p. 71-72)

24 Bourne fala de uma série de cartazes encomendados pela Cruz Vermelha Americana ao ilustrador Alonzo Fortinger (1878-1948). Destaca o intitulado “The Greatest Mother in the World”, onde o retrato da enfermeira e do soldado sendo facilmente se associam a *La Pietà Vaticana* de Miguel Ângelo.

Não é assim, obviamente, que se dá qualquer apoteose do indivíduo que é sacrificado pela obrigatoriedade do serviço ao Estado.

A guerra, ou pelo menos a guerra moderna feita por uma república democrática contra um inimigo poderoso, parece concretizar para uma nação quase tudo aquilo que um inflamado político idealista poderia desejar: Os cidadãos já não são indiferentes ao seu governo, antes cada célula do corpo político desborda com vida e actividade. Estamos, por fim, a caminho da plena realização daquela comunidade política na qual cada indivíduo dalgum modo possui a virtude de todos. (TS p. 71)

Aqui o que temos, de facto, é a apoteose do Estado que se contrapõe ao princípio originário dos Estados Unidos pois, tal como observa Bourne, a Revolução “continha nela os princípios de uma experiência moderna muito arrojada – a fundação de uma nação livre que faria uso do Estado para materializar os seus objectivos grandiosos”. Isto é, a soberania popular, como libertação do povo, punha em causa o “ideal de Estado” fundado sobre o Direito Divino. É esta uma insinuação grave, pois os EUA teriam, assim, abandonado os valores revolucionários e, em consequência, tudo aquilo que os tinham levado a declarar a sua independência.

Para Bourne, “A guerra é a saúde do Estado” pois com ela o Estado consegue eliminar todas as divisões e diferenças inerentes a uma sociedade moderna, criando um só objectivo incontestável ao qual se devem sujeitar todos os outros. A cidadania fica relegada ao mero papel de uma manada sob o domínio do Estado encarnado num governo de seres humanos falíveis. Assim, o processo mediante o qual os Estados Unidos entraram na guerra mundial merecerá toda a atenção de Bourne:

Tanto nas repúblicas mais livres, como também nos impérios mais tirânicos, toda a política externa, as negociações diplomáticas que ocasionam ou impedem a guerra são, por igual, propriedade privada da ramo Executivo do Governo e, por igual, não estão submetidas a qualquer fiscalização de órgãos populares, ou ao próprio povo que as vote em massa. (TS p. 66-67)

Como se não fossem suficientes as críticas de Bourne, a evolução dos EUA vai contra outro dado adquirido e contraria toda a historiografia do “Estado ideal”, que estabelecia o modelo federal como “uma união mais perfeita.” A

experiência democrática tinha abandonado a descentralização brindada pela primeira constituição, os “Artigos da Confederação,”^[25] por temor ao poder da soberania popular, trocando-a por um Estado mais centralizado e forte como um Estado federado onde os diferentes Estados já não se mantinham como soberanos e livres. Para Bourne, isto tratou-se de um autêntico golpe de estado constitucional ao qual se segue toda uma campanha de propaganda de descrito contra a confederação inicial dos EUA.

Estes maldadados artigos tiveram de suportar a inífmia lançada pelos radiantes vencedores tal como aquela outra que se lança sobre todos os arguidos que ainda se encontram a aguardar uma decisão da justiça. A nação precisava de ser forte para repelir a agressão, forte para pagar até ao último tostão as dívidas das classes abastadas e previdentes, forte para impedir os não abastados e imprevidentes de alguma vez usarem o governo para tentarem a sua própria prosperidade à custa do capital financeiro. Mediante os Artigos os novos Estados tentavam, obviamente, a sua reconstrução com uma alarmante delicadeza para o homem comum depauperado pela guerra. (TS p. 98-99)

A construção dos EUA como federação supõe o triunfo da desconfiança sobre a soberania popular. Bourne segue o pensamento de uma serie de pensadores liderados por Charles Beard que vêem nos Pais Fundadores, como classe significativa, um desejo de preservar os direitos e interesses económicos das classes dirigentes.^[26] Algo que parece explicar para Bourne o facto de que a Constituição Federal, saída da Convenção de Filadélfia, tenha sido aprovada numa sessão secreta^[27] e, portanto, nada democrática. Assim, a democracia elitista de Thomas Jefferson não distaria muito da democracia popular de

²⁵ Devido à desconfiança de um poder central forte, cada um dos estados, na primeira constituição, “Artigos da Confederação” (1781-1787), mantêm a sua “soberania, liberdade e independência.” A experiência foi curta (acabou numa falência económica), o que leva a que seja substituída pela Constituição federal de 1787.

²⁶ Só nos anos sessenta se começa a contestar a motivação económica. Uma verdade é certa, nem todos os membros da convenção que partilhavam dos mesmos interesses económicos votaram a favor. Por outro lado, a organização do Estado deu lugar a diferentes interpretações e figurasções do bem comum, também a nível económico.

²⁷ Inimaginável hoje em dia, a Convenção de Filadélfia (1787) não foi uma Assembleia Constituinte. Surgiu de uma necessidade premente que levou os delegados a um acordo, excluindo, desde logo, toda a demagogia. A Constituição surge da urgência de um “encontro entre cavaleiros” com diferentes visões sobre a necessidade de unidade política e, ao terem-na delineado com princípios gerais para governar um país, o resultado foi uma Constituição longeva que perdura mediante pequenas adaptações (designadas como Aditamentos) às necessidades que vão surgindo.

Andrew Jackson^[28] que lhe sucede no tempo. Para Bourne, supõe só a mudança de modelo de cidadão exemplar: de um “cavalheiro rural” para um “cavalheiro cidadão.” Ainda mais grave será a avaliação que Bourne realiza sobre o processo mediante o qual é efectuada a eleição do presidente com a intervenção de um colégio eleitoral^[29] que merece o comentário seguinte:

A sua eleição nunca saíra da mão dos notáveis e o cargo teria a garantia de ser assumido por um fiel representante das exigências da classe alta. Aquilo que devia representar de forma mais clara eram os interesses do corpo que o elegera e não os da massa do povo que ainda permaneciam sem se terem registado para votar. Pois o novo Estado não nasceria com crença quixotesca alguma de sufrágio universal. (TS p. 102)

O conflito armado na Europa e, principalmente, a participação da América vem a exacerbar o ímpeto anti-Estado de Bourne. De facto, para alguém que defende o fim do Estado como passo necessário e prévio à libertação da nação, a Grande Guerra supõe um corte sem precedentes dos direitos, liberdades e garantias^[30] da Constituição Federal. Daí que haja intelectuais que coincidem em afirmar que a democracia sofria mais com a perseguição do “inimigo interior” que no campo de batalha. Se, por um lado, o estado de guerra é uma

28 Um Jefferson defensor das virtudes da agricultura frente ao industrialismo e ao capitalismo dará lugar, no final da vida, a um Jefferson que vê na industrialização um sinal inevitável dos tempos que assegurará a independência. Andrew Jackson (1757-1845), em 1828, torna-se o primeiro presidente a ser eleito mediante sufrágio e não mediante o “caucus system” que desaparece de vez. Signala o fim da república aristocrática da “virtude e dos talentos” baseada no mérito que tão ardentemente defendera Jefferson. Jackson supõe a interrupção da democracia popular. O seu idealismo fundamentar-se-á na inclusão dos mecânicos e dos operários no poder decisório do Estado (junto aos fazendeiros das grandes plantações e aos agricultores).

29 O “Colégio Eleitoral” é um corpo constitucionalmente designado para eleger o Presidente. Obviamente, uma eleição assim não parece muito democrática e, de facto, nalguns casos o presidente eleito não corresponde ao resultado expresso pelos votos populares, uma vez que nada obriga os Eleitores deste corpo a respeitarem o voto popular. Este Colégio é formado por um número fixo de eleitores, dois por cada estado, e um número de eleitores variáveis segundo a população de cada estado. O Colégio Eleitoral não deixa de ser uma situação de compromisso muito polémica, muitas vezes discutida. Recentemente assistiu-se a uma tentativa de o submeter a uma obediência ao critério imposto pelo voto popular. Basta pensar na eleição de Bush frente a Gore em 2000 para ver que o seu acolhimento não é nada pacífico.

30 A própria interpretação do Tribunal Supremo sobre a questão da liberdade de expressão deixou muito que desejar apesar de o próprio Wilson imprimir um cunho progressista ao nomear como juízes Louis Brandeis e John Hessin Clark. Mesmo assim, houve uma decisão paradigmática conhecida como *Schenck vs. United States* que determinou que nem todas as formas de expressão política se encontravam protegidas sob o Primeiro Aditamento da Constituição que garante a liberdade de expressão.

situação excepcional, também é verdade que a partida para uma aventura militar não deveria pôr em causa quaisquer dos alicerces e fins de uma democracia. Mas os bens relacionados com a consecução do bem comum não fazem parte da natureza do Estado. Assim, Bourne afirmará:

[...] tais bens seculares, relacionados com o melhoramento das condições da vida, com a educação humana e com o uso do conhecimento para concretizar a razão e a beleza na vida comunitária da nação, são estranhos ao nosso ideal tradicional de Estado. O Estado está intimamente ligado à guerra, pois ele é a organização da comunidade colectiva quando age de forma política e o agir de uma forma política para com um grupo rival tem sempre implicado, através da história, a guerra. (TS p. 72)

A chamada de atenção de Bourne pretende revitalizar e também fazer lembrar aqueles aspectos visivelmente mais democráticos que tinham caracterizado a Revolução Americana, reflectindo não só o distanciamento dos governos face aos desejos populares mas também salientando o conceito de representação sobre o qual, em boa medida, assentam as democracias. Aquilo que nos parece ser evidente é que as propostas de Bourne não são mais que uma leitura completamente constitucional dos princípios políticos organizadores dos Estados Unidos, daí que possamos afirmar que é uma leitura radical, reclamando as fundações e os princípios que a Declaração de Independência e a carta constitucional reclamavam como promessa para a vida americana. Neste sentido, a abolição do governo surge como uma possibilidade, na própria Declaração de Independência, quando um governo contraria a obtenção do bem comum.